



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo n.º 01556930520188060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **OCQ6320**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - CE		Nº 013871366870	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	RUNTRC	EXERCÍCIO
PPT 01	407988661	0000000000	2017
NOME			
FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA			
ARARENDA /CE			
CPF / CNPJ	PLACA		
04602757391	OCQ6320/CE		
PLACA ANT. /UF	CHASSI		
/CE	9C2KD0550BR505257		
ESPÉCIE TIPO		COMBUSTÍVEL	
PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC.		GASOL/ALCO	
MARCA / MODELO		ANO FAB. / ANO MOD.	
HONDA/NXR150 BROES		2010 / 2011	
CAF. POT. / CL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
2P/0CV/149CC	PAKIC	PRETA	
COTA ÚNICA	VENG. COTA ÚNICA	VENG. COTAS	
1ª	2ª	3ª	
PARCELAMENTO / COTAS	PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)		
00/00/00	DATA DE PAGAMENTO		
OBSERVAÇÕES			
ARARENDA			
LOCAL	DATA		
16/01/2018			
Igor Ponte Superintendente			

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOA TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT			
CE Nº 013871366870		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
04602757391		OCQ6320	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.seguradoralider.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204			
013871366870		101506275	
EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO		
2017	16/01/2018		
VA	CPF / CNPJ	PLACA	
01	04602757391	OCQ6320	
RENAVAM	MARCA / MODELO		
407988661	HONDA/NXR150 BROES ES		
ANO FAB.	CE TIRE.	NP CHASSI	
2010	PAKIC	9C2KD0550BR505257	
PRÊMIO TARIFÁRIO			
R\$ (R\$)	DETENTOR (R\$)	CUSTO DO SEGURO	
CUSTO DO SEGURO (R\$)		TOP (R\$)	BRASILSINISTROS
PAGAMENTO		DATA DE CANCELAMENTO	
COTA ÚNICA		PARCELADO	
SEGURADORA LÍDER - DPVAT			
CNPJ 08.243.854/0001-01			
MOTOR: KD05E5B505257			

Sua busca por placa: OCQ6320 UF: CE CATEGORIA: 09\*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
+	2018	R\$185,50	Quitado					
-	2017	R\$185,50	Quitado					
<table><tr><th>Data Pagamento</th><th>Valor Pago</th></tr><tr><td>10/01/2018</td><td>R\$185,50</td></tr></table>					Data Pagamento	Valor Pago	10/01/2018	R\$185,50
Data Pagamento	Valor Pago							
10/01/2018	R\$185,50							
+	2016	R\$292,01	Quitado					
+	2015	R\$292,01	Quitado					
+	2014	R\$292,01	Quitado					
+	2013	R\$292,01	Quitado					
+	2012	R\$292,01	Quitado					
+	2011	R\$27,09	Quitado					

(\*) Motocicleta

Exercício UF Final da Placa Categoria(Saiba mais) Pagamento

2017 CE 0 9 À vista Consultar

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto nas [Resoluções CNSP 332/2015](#) e [CNSP 342/2016](#), e na Portaria Interministerial 293/2012.

**Categoria: 9**

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
0	31/01/2017	SIM	31/01/2017	11/12/2017

CE: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2017

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

## DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

### DA LESÃO NO JOELHO ESQUERDO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no JOELHO ESQUERDO seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial a petição inicial do autor e a documentação médica acostada apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado no JOELHO ESQUERDO e o sinistro de trânsito.


### RESSALTA-SE INCLUSIVE QUE A PRÓPRIA PETIÇÃO INICIAL E OS DOCUMENTOS MÉDICOS DE PRIMEIRO ATENDIMENTO APONTAM A EXISTÊNCIA DE LESÃO NO JOELHO DIREITO!!

#### II - DA SITUAÇÃO FÁTICA

O Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na Localidade de Lagoa do Peixe, Zona Rural, município de Ararendá/Ce, no dia 10 de Setembro de 2017, quando o mesmo pilotava a MOTOCICLETA marca/modelo HONDA/NXR 150cc BROS ES, ano fab/mod 2010/2011, cor PRETA, placa OCQ 6320-CE, chassi 9C2KD0550BR505257, licenciada em nome do requerente, na ocasião, o mesmo perdeu o controle e veio a cair sobre o solo após colidir em um animal (vaca), conforme narra Boletim de Ocorrência Policial em anexo.

Após o ocorrido o requerente recebeu atendimento médico no Hospital municipal de Ararendá/Ce, e dali foi transferido para o Hospital São Lucas da cidade de Crateús/Ce, onde recebeu atendimento médico especializado, conforme prontuário médico em anexo.

Conforme se percebe do prontuário de Atendimento, em anexo, o Autor foi diagnosticado com lesão em Membro Inferior Direito, que evoluiu com comprometimento considerável do Membro afetado.

 GOVERNO MUNICIPAL  
**ARARENDÁ**  
MUNICÍPIO DE ARARENDÁ - CEARÁ  
WWW.ARARENDÁ.CE.RV339

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARENDÁ**  
SSM - Secretaria de Saúde do Município  
SUS - Sistema Único de Saúde

**BOLETIM DE ATENDIMENTO DE PACIENTE EXTERNO**

Sus 898 00326316 0236 Nº.: Data: 10/09/17

1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

Nome: Fº Wilson Sousa  
Est. Civil: Solteiro Sexo: M Data do Nasc. 10/06/1944 Ce  
Naturalidade: Ce Prof.:  
Procedência: Ararendá  
Residência: Lagoa do Peixe  
Filiação: Jose Wilson de Sousa, Maria Pedrique  
Cônjuge: Mendes

2. QUEIXA PRINCIPAL: Paciente sofreu queda de motocicleta (caiu em  
vaca) provocando lesões em antebraço e joelho com dor

3. HISTÓRIA ATUAL: contundimento em joelho direito com dor  
em joelho



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIENDÁ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**  
**SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/CEARA**

**FICHA DE REFERÊNCIA**

Unidade de Origem: \_\_\_\_\_  
 Distrito Sanitário: 15 - Centro Município: Arariendá  
 Nome: João Vitoriano Prontuário Nº \_\_\_\_\_  
 Sexo: ☒ M ☐ F Data de Nascimento: 10/6/94 Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_  
 Motivo do Encaminhamento: Acidente com queda no local de trabalho / batida em uma parede  
durante brincadeira em ambiente de trabalho  
 Resultado de Exames: Exame de radiografia do joelho direito (D) e do joelho esquerdo (E).  
Exame de radiografia do joelho direito (D) e do joelho esquerdo (E).  
Exame de radiografia do joelho direito (D) e do joelho esquerdo (E).  
 Consulta já Realizada: \_\_\_\_\_  
 Impressão Diagnóstica: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Encaminhado: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Encaminhador: \_\_\_\_\_  
 Data: 10/9/17

**VALE DESTACAR QUE O ACÓRDÃO QUE DETERMINOU A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA FOI CLARO AO APONTAR A NECESSIDADE DE SE VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR DIREITO (JOELHO DIREITO), HAJA VISTA QUE ESTE FOI OBJETO DA PRESENTE AÇÃO.**

Assim, a meu sentir, tal discrepância é motivo para averiguação mais atenta, mormente para realização de nova perícia para, efetivamente, verificar se o membro inferior direito (joelho direito) está ou não acometido de invalidez permanente, porque foi este o objeto da ação.

Tal fato, sem sombra de dúvidas, precisa de esclarecimentos por parte do expert, mormente porque há um conflito que gera considerável dúvida se o membro afetado pelo sinistro, cuja notícia seria o membro inferior direito (joelho direito) está ou não acometido de invalidez.

Qualquer dúvida ou imprecisão relativa ao laudo pericial que fundamenta a sentença compromete a idoneidade desta, sendo necessário que tais incertezas e erros sejam sanados sob pena de gerar insegurança sobre a própria decisão, mesmo porque cuida-se de documento imprescindível para a formação de seu convencimento.

Assim, resta evidente que a lesão identificada no laudo no JOELHO ESQUERDO não possui nexo com o acidente, tanto pela inexistência de apontamento da lesão nos documentos médicos de primeiro atendimento, como pela própria narrativa da inicial que não informa referida lesão.

Diante do exposto, vem à ré impugnar o presente laudo, haja vista não ter sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada no JOELHO ESQUERDO, requerendo que seja julgada improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.


No entanto, caso esse não seja o entendimento de Vossa Excelência, vem à parte Ré impugnar o presente laudo em razão das lesões preexistentes no joelho esquerdo e direito do autor devidamente indenizadas em razão de sinistros sofridos anteriormente.

## DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

### JOELHO ESQUERDO APURADO NA PERICIA - LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado administrativamente verba indenizatória DPVAT, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 20/01/2016.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos do processo administrativo 3160-68152 em decorrência de lesão no JOELHO ESQUERDO **em 50%**, sendo que na presente ação judicial o laudo pericial indica a mesma lesão em seu joelho esquerdo, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que também fora recebida anteriormente em acidente de 20/01/2016.

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA				
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3160668152	Cidade: Ararendá	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA	Data do acidente: <u>20/01/2016</u>	Seguradora: ARUANA SEGUROS S/A		
<b>PARECER</b>				
<b>Diagnóstico:</b> FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA. FRATURA NÃO ESPECIFICADA DO QUINTO METACARPO ESQUERDO. ENTORSE NO JOELHO E TORNOZELO ESQUERDOS.				
<b>Descrição do exame médico pericial:</b> VÍTIMA QUEIXA-SE DE POLIARTRALGIA. AO EXAME APRESENTA LIMITAÇÃO NA FLEXÃO, ABDUÇÃO E ROTAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO OMBRO ESQUERDO. APRESENTA ABAULAMENTO ÓSSEO NO QUINTO METATARSO DEVIDO À CONSOLIDAÇÃO VICIOSA DA FRATURA, RESULTANDO NA REDUÇÃO DA PREENSÃO MANUAL DA MÃO ESQUERDA. APRESENTA DERRAME ARTICULAR NO COMPARTIMENTO MEDIAL DO JOELHO ESQUERDO COM INSTABILIDADE ARTICULAR COM ABERTURA AO STRESS E FALSEAMENTO NA MARCHA. TORNOZELO SEM SEQUELA PERMANENTE.				
<b>Resultados terapêuticos:</b> VÍTIMA SUBMETIDA A TRATAMENTO CONSERVADOR COM IMOBILIZAÇÃO GESSADA DOS SEGMENTOS LESADOS. NÃO CONSEGUIU REALIZAR FISIOTERAPIA PELO SUS.				
<b>Sequelas permanentes:</b> Limitação funcional do <u>joelho esquerdo</u> , Limitação funcional do membro superior esquerdo				
<b>Sequelas:</b> Com sequela				
<b>Data da perícia:</b> 05/12/2016				
<b>Conduta mantida:</b>				
<b>Observações:</b>				
<b>Médico examinador:</b> Casemiro Dutra de Medeiros Junior				
<b>CRM do médico:</b> 6818				
<b>UF do CRM do médico:</b> CE				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
<u>Perda completa da mobilidade de um joelho</u>	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	<u>R\$ 1.687,50</u>
		<b>Total</b>	<b>30 %</b>	<b>R\$ 4.050,00</b>

Assim, constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a lesão no JOELHO ESQUERDO não possui nexos com o presente sinistro.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

## DA LESÃO NO JOELHO DIREITO NARRADA NA INICIAL - LESÃO PREEXISTENTE

Insta mencionar que a parte autora também pleiteou administrativamente verba indenizatória DPVAT, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 05/08/2011.

Destaca-se que referente a este acidente o autor já recebeu em decorrência da lesão JOELHO DIREITO em 50%, ou seja, o valor de 1687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

### PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



#### DADOS DO SINISTRO

Número: 2012044403

Cidade: Ararendá

Natureza: Invalidez

Vítima: FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA

Data do acidente: 05/08/2011

Emissor do parecer: Edson Luís D Andrade

Seguradora: BCS SEGUROS S/A

Prestadora: Visão Médica Ltda

CRM do médico: 441219

#### PARECER

Data da análise: 08/02/2012

Valoração do IML:

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EM JOELHO E PE DIREITOS

Resultados terapêuticos:

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO JOELHO E PE DIREITOS

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Não

Quantificação das sequelas: INVALIDEZ PARCIAL /JOELHO DIREITO: 50% DE 25% = 12,5%/PE DIREITO: 25% DE 50% = 12,5%/ TOTAL:25%

Documentos complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 13.500,00

Médico avaliador: EDSON ANDRADE

UF do CRM do RJ médico:

#### DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda funcional completa de um dos pés	50	1	25
<u>Perda completa da mobilidade de um joelho</u>	25	1	<u>50</u>

Valor avaliado: 3.375,00

Ocorre que, em análise a documentação apresentada, o autor pleiteia na presente ação a mesma lesão em seu joelho direito, lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

### II - DA SITUAÇÃO FÁTICA

O Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na Localidade de Lagoa do Peixe, Zona Rural, município de Ararendá/Ce, no dia 10 de Setembro de 2017, quando o mesmo pilotava a MOTOCICLETA marca/modelo HONDA/NXR 150cc BROS ES, ano fab/mod 2010/2011, cor PRETA, placa OCQ 6320-CE, chassi 9C2KD0550BR505257, licenciada em nome do requerente, na ocasião, o mesmo perdeu o controle e veio a cair sobre o solo após colidir em um animal (vaca), conforme narra Boletim de Ocorrência Policial em anexo.

Após o ocorrido o requerente recebeu atendimento médico no Hospital municipal de Ararendá/Ce, e dali foi transferido para o Hospital São Lucas da cidade de Crateús/Ce, onde recebeu atendimento médico especializado, conforme prontuário médico em anexo.

Conforme se percebe do prontuário de Atendimento, em anexo, o Autor foi diagnosticado com lesão em Membro Inferior Direito, que evoluiu com comprometimento considerável do Membro afetado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARENDÁ**

SSM - Secretaria de Saúde do Município

SUS - Sistema Único de Saúde

**BOLETIM DE ATENDIMENTO DE PACIENTE EXTERNO**

Sus 898 00326316 0256

Nº:

Data: 10/09/17

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:**

Nome: Felipe Vieira Sousa

Est. Civil: Solteiro

Sexo: M

Data do Nasc. 10/06/1982

Naturalidade: Ararendá

Prof.: \_\_\_\_\_

Procedência: Ararendá

Residência: Rua do Azeite

Filiação: Jose Vieira de Sousa, Maria Pedrique

Cônjuge: Marcel

2. QUEIXA PRINCIPAL: Paciente sofreu queda de motocicleta (caindo de uma moto) apresentando lesões em antebraço, e joelho com uma fratura

3. HISTÓRIA ATUAL: continua em tratamento com fisioterapia e medicação

Assim, constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a lesão no joelho direito foi anterior ao narrado na inicial.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de lesão idêntica que fora indenizada anteriormente e que não restou apurada como INVALIDEZ.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 8 de dezembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**